



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXVI — N.º 15

QUARTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 1971

BRASILIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

ATA DA 26.ª SESSÃO CONJUNTA EM 11 DE MAIO DE 1971

1.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. CARLOS LINDENBERG

As 10 horas, acham-se presentes os
Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guimard —
Geraldo Mesquita — Flávio Brito —
José Lindoso — José Esteves — Catte-
te Pinheiro — Milton Trindade — Re-
nato Franco — Alexandre Costa —
Clodomir Millet — José Sarney —
Fausto Castello-Branco — Petrónio
Portella — Helvidio Nunes — Walde-
mar Alcântara — Wilson Gonçalves —
Dinarte Mariz — Duarte Filho — Do-
mício Gondim — Milton Cabral —
Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo
Guerra — Wilson Campos — Arnon
de Mello — Luiz Cavalcanti — Teotô-
nio Vilela — Augusto Franco — Lean-
dro Maciel — Lourival Baptista — An-
tônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy
Santos — Carlos Lindenberg — Eurico
Rezende — João Calmon — Amaral
Peixoto — Paulo Tórres — Vasconce-
los Torres — Benjamin Farah — Dan-
ton Jobim — Nelson Carneiro — Mil-
ton Campos — Carvalho Pinto —
Franco Montoro — Orlando Zancaner
— Benedito Ferreira — Emival Caiado
— Osires Teixeira — Fernando Corrêa
— Filinto Müller — Saldanha Derzi —
Accioly Filho — Matos Leão — Ney
Braga — Antônio Carlos — Lenoir
Vargas — Daniel Krieger — Guido
Mondin — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nosser
Almeida — ARENA; Ruy Lino —
MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo
Peres — ARENA; Rafael Faraco —
ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Édison
Bonna — ARENA; Gabriel Hermes —
ARENA; João Menezes — MDB; Jú-
lio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias —
ARENA; Pedro Carneiro — ARENA;
Stélio Maroja — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eu-
rico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz
— MDB; Henrique de La Rocque —
ARENA; João Castelo — ARENA.

Piauí

Dyrno Pires — ARENA; Heitor Ca-
valcanti — ARENA; José Pinheiro
Machado — ARENA; Milton Brandão
— ARENA; Paulo Ferraz — ARENA;
Severo Eulálio — MDB; Souza Santos
— ARENA.

Ceará

Alvaro Lins — MDB; Edilson Melo
Távora — ARENA; Ernesto Valente
— ARENA; Flávio Marcílio — ARE-
NA; Furtado Leite — ARENA; Hil-
debrando Guimarães — ARENA; Ja-
nuário Feitosa — ARENA; Leão Sam-
paio — ARENA; Manoel Rodrigues —
ARENA; Marcelo Linhares — ARENA;
Osiris Pontes — MDB; Ossian Araripe
— ARENA; Paes de Andrade — MDB;
Parsifal Barroso — ARENA.

Rio Grande do Norte

Djalma Marinho — ARENA; Gri-
maldi Ribeiro — ARENA; Henrique
Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena
— MDB; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Alvaro Gaudêncio — ARENA; An-
tônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite
— ARENA; Janduhy Carneiro —
MDB; Petrónio Figueiredo — MDB;

Teotônio Neto — ARENA; Wilson Bra-
ga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon
Rios — ARENA; Carlos Alberto Oli-
veira — ARENA; Etelvino Lins —
ARENA; Fernando Lyra — MDB; Ge-
raldo Guedes — ARENA; Gonzaga
Vasconcelos — ARENA; Joaquim Cou-
tinho — ARENA; Josias Leite — ARE-
NA; Magalhães Melo — ARENA; Mar-
co Maciel — ARENA; Marcos Freire
— MDB; Ricardo Fiúza — ARENA;
Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José
Alves — ARENA; José Sampaio —
ARENA; Oceano Carleial — ARENA;
Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francis-
co Rollemberg — ARENA; Luiz Gar-
cia — ARENA; Raimundo Diniz —
ARENA; Passos Pôrto — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Edvaldo
Flôres — ARENA; Fernando Maga-
lhães — ARENA; Francisco Pinto —
MDB; Hanequim Dantas — ARENA;
Ivo Braga — ARENA; João Alves —
ARENA; José Penedo — ARENA; Lo-
manto Júnior — ARENA; Luiz Bra-
ga — ARENA; Manoel Novaes —
ARENA; Neco Novaes — ARENA; Ney
Ferreira — MDB; Odulfo Domingues
— ARENA; Prisco Viana — ARENA;
Rogério Régio — ARENA; Ruy Ba-
celar — ARENA; Theódulo de Albu-
querque — ARENA; Tourinho Dan-
tas — ARENA; Vasco Neto — ARE-
NA; Walson Lopes — MDB; Wilson
Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Élcio Álvares — ARENA; Josécár-
los Fonsêca — ARENA; José Taíso
de Andrade — ARENA; Oswaldo Za-

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

nello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Adolpho Oliveira — MDB; Alberto Lavinas — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Moacir Chiesse — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Silva Barros — ARENA; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Bezerra de Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Eurípedes Cardoso de Menezes — ARENA; Florim Coutinho — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Lopo Coelho — ARENA; Marcelo Medeiros — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osnelli Martinelli — ARENA; Pedro Faria — MDB; Reynaldo Santana — MDB; Rubens Berardo — MDB; Rubem Medina — MDB; Waldemiro Teixeira — MDB.

Minas Gerais

Altair Chagas — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves —

ARENA; Bias Fortes — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Delson Scarano — ARENA; Edgard Pereira — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio FONSECA — MDB; Fagundes Netto — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coelho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio de Abreu — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Ademar de Barros Filho — ARENA; Aldo Lupo — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Arthur FONSECA — ARENA; Athié Coury — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Batista Ramos — ARENA; Bezerra de Mello — ARENA; Cândido Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Chaves Amaran-te — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Francisco Amaral — MDB;

Freitas Nobre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Ildélio Martins — ARENA; Ítalo Fittipaldi — ARENA; João Arruda — MDB; Mário Telles — ARENA; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Orensy Rodrigues — ARENA; Pacheco Chaves — MDB; Paulo Alberto — ARENA; Pedroso Horta — MDB; Pereira Lopes — ARENA; Plínio Salgado — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Ruydalmeida Barbosa — ARENA; Salles Filho — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Silvio Lopes — ARENA; Sylvio Venturoli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Brasília Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fanstone — ARENA; Jar-mund Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; João da Câmara — ARENA; Márcilio Lima — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Ueno — ARENA; Ardinial Ribas — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Emílio Gomes — ARENA; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovine — ARENA; Hermes Macêdo — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Maia Netto — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Sílvio Barros — MDB; Túlio Vargas — ARENA; Zacharias Seleme — ARENA.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Düb Cherem — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaral de Sousa — ARENA; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Ary Alcântara — ARENA; Arlindo Kunzler — ARENA; Arnaldo Prieto — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Mário Mondino — ARENA; Marques Fernandes — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Sinval Guazelli — ARENA; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roráima

Sílvio Botelho — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg) — As listas de presença acusam o comparecimento de 55 Srs. Senadores e 282 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

Passa-se ao período de breves comunicações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Antônio Bresolin.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, há tempo que nesta Casa vem sendo travada uma luta surda, de bastidores, contra os Deputados que comparecem às Sessões, contra os Parlamentares que trabalham. Todos os subterfúgios estão sendo postos em prática para alcançar este triste objetivo.

Há meses, tratando do assunto, disse desta tribuna: os Deputados que não desejam trabalhar, os que costumam dormir até tarde, que o façam. Os que desejam fazer como os madrilenos tirando a sesta à tarde, que o façam. Mas que ao menos deixem os outros trabalharem. **(Muito bem! Palmas.)**

Há dias ouvi um ilustre amigo, um dos mais inteligentes Parlamentares desta Casa, afirmando que devido ao gigantismo do Plenário estão se esvaziando as comissões técnicas. Mas onde está este gigantismo do Plenário? Noutros, tempos, na hora destinada à apresentação de projetos e requerimentos, desfilavam por este microfone dezenas de Deputados. Hoje passam três ou quatro, às vezes. Os Deputados estão praticamente privados de apresentar requerimentos de informações — salvo em casos que haja matéria tramitando na Casa —, de apresentar projetos — salvo os que não implicam em aumento de despesas para a União —, de requerer comissões de inquérito. Onde está o gigantismo do Plenário? As comissões estão se esvaziando pelos mesmos motivos.

Por que a Mesa e as lideranças não interferem junto ao Poder Executivo para fazer retornar as atividades do Congresso em sua plenitude? Esta é a reforma fundamental que se faz necessária nesta Casa.

Aqui nesta Casa ninguém se elegeu ou se elege sem o apoio dos municípios, dos Vereadores e de tantos outros elementos do interior do País. No entanto, muita gente boa só se lembra dos municípios e dos homens do interior por ocasião dos pleitos eleitorais. Recebidos os votos, os municípios e os Vereadores que se danem. Esta é a verdade incontestável. Tanto é verdade que sempre que lembro o nome de um município ou reivindico a solução dos seus problemas, sinto

aqui, nesta Casa, por parte de muitos, indiferença e até desprezo.

Desejo alertar os novos colegas, todos eles homens devotados ao cumprimento do dever, no sentido de que continuem lutando ao lado dos Parlamentares que trabalham. Em lugar de reduzir as atividades da Câmara, devemos ampliá-las, trabalhar mais, dignificar o Parlamento e fazer jus ao dinheiro que estamos recebendo do povo.

Aos que pensam suprimir as nossas atividades nesta Casa, desejo deixar bem claro que me oporei de todas as maneiras ao meu alcance. Além disto, recolherei os nomes de todos os que votarem a favor de tão triste iniciativa e os divulgarei em todas as emissoras e jornais do meu Estado.

Os 71.923 eleitores que me reconduziram para esta Casa o fizeram para que eu trabalhe. Enquanto eu tiver vida e saúde, ninguém se iluda, cumprirei o meu dever. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg) — Com a palavra o Sr. Deputado Siqueira Campos.

O SR. DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Senhores Congressistas, não queria vir a esta tribuna para falar sobre a Companhia Telefônica de Brasília, a famosa COTELB, antes de instalado o aparelho telefônico em minha residência, para não parecer estar usando o mandato em causa própria. Mas, pelo visto, se perseverar nesse propósito, correrei o risco de ver findar o mandato sem poder falar dessa empresa, que apesar do grande avanço no setor das comunicações, dos amplos recursos de que dispõe e da sorte de contar com a disposição de um Ministro excepcionalmente bom, como é o Sr. Hygino Corsetti, massacra a braveza gente de Brasília com a sua ineficiência e desorganização.

Não sei, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se a culpa cabe à atual ou à antiga administração; o que sei é que há um mês e oito dias luto por todos os meios, apoiado por amigos influentes, com ofício pedindo prioridade, da Câmara, e até com reza "braba" e não consigo ver instalado, por transferência, apenas por transferência, o aparelho nº 43-3102, con-

forme o Processo n.º 00 970, de 2 de abril de 1971.

Lamento, nobres congressistas, vir a esta tribuna para falar da COTELB, tendo um caso a resolver lá. Queria falar como representante de Goiás no Congresso e, portanto, com a responsabilidade de falar por Brasília, onde tenho mais de três mil eleitores residindo, para dizer que estranho tenha a extensa Avenida W-3 apenas um pôsto telefônico e o mais lamentável: sujo, desorganizado, malcheiroso. Ainda anteontem, domingo, às 10,30 horas da noite, tentei falar com Goiânia e a demora, pásmem, Senhores Deputados, a demora era de uma hora e trinta minutos — tempo suficiente para se ir de carro àquela que é, sem favor e sem bairrismo, a mais bonita capital do Brasil. E lá, naquele imundo pôsto, imolador da paciência do brasiliense e de seus hóspedes, às 10,30 horas da noite de um domingo, havia mais de sessenta pessoas.

Não sei das razões por que há tanto atraso na conclusão das ligações telefônicas de Brasília para o resto do País; não sei das razões por que um aparelho precisa de prazo superior a um mês para ser instalado em pleno centro da Capital mais moderna do mundo; não sei das razões que determinam a permanência de instalações tão sem higiene como as dos raros postos telefônicos de Brasília; não sei, finalmente, Senhor Presidente, porque têm de permanecer sujos esses postos, caindo aos pedaços, quando são locais dos mais visitados da Capital da República, para onde se desloca a segunda corrente turística, em importância, do País.

E se não sei e não vislumbro explicações, é porque venho de uma terra possuidora de organização modelar nesse setor de comunicações, a Companhia de Telecomunicações de Goiás, a nossa grande COTELGO, empresa de que se orgulham não só os goianos mas todos os brasileiros que a conhecem. Se Goiânia, cuja população é quase a mesma de Brasília e não conta a sua Companhia Telefônica com recursos iguais aos postos à disposição da COTELB, alguma coisa deve ser explicada ao público. Essa alegada estória de não se compatibilizar o material adquirido através de

concorrência com o já existente e instalado, se verdadeira, só pode depor contra a organização administrativa da empresa e demonstrar a sua ineficiência. Lembremo-nos de que estamos em pleno regime revolucionário, onde as decisões certas devem ser tomadas, reclamem o que quiserem os frustrados. Com ou sem concorrência o que é preciso é adquirir o material adequado.

Senhor Presidente, Senhores Congressistas, como disse antes, tenho obrigações muito grandes para com Brasília, na condição de brasileiro e na qualidade de Deputado representante de milhares de pessoas aqui residentes e eleitoras em Goiás. Assim, no desempenho dessas responsabilidades, trarei, sempre que necessário, a esta tribuna, os problemas que afligem esta Capital, orgulho dos brasileiros e suplicio dos brasilienses. Pois aqui ainda se procura fazer tanta coisa “à antiga”, e há tanta coisa errada, que só mesmo através da crítica serena, mas constante, poder-se-á obter a necessária reparação. Vejamos, por exemplo, as razões pelas quais se impede o trânsito, em pleno dia da semana, na nossa mais importante via, a W-3, para o trabalho de pintura de faixas de sinalização que poderiam e deveriam ser feitas à noite, como ocorre nas cidades modernas de todas as partes do mundo. Voltarei ao assunto, podem estar certos os habitantes de Brasília e, particularmente, os meus eleitores aqui residentes.

Concluindo, Senhor Presidente, quero solicitar dos ilustres membros do Congresso Nacional que não deixem de comparecer à 17.ª Exposição Agropecuária de Anápolis, a realizar-se a partir do dia 19 do corrente mês e, logo a seguir, a maior mostra de gado fino de que se terá notícia no País, a 26.ª Exposição Agropecuária de Goiânia, a ocorrer de 24 de maio a 6 de junho, próximos. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg) — Tem a palavra o terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Paulino Cícero.

O SR. DEPUTADO PAULINO CÍCERO (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Congressistas, o ritmo de execução e implanta-

ção do Plano Rodoviário Nacional é deveras elogiável.

Em todos os quadrantes de nosso mapa geográfico as frentes de trabalho se multiplicam e vão convertendo as linhas pontilhadas das obras projetadas em traços inteiros, que traduzem obras prontas e entregues ao tráfego.

Esta febre salutar de multiplicação das rodovias não impede, todavia, que se lembre e se alerte o Poder Executivo, de modo particular o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, alguma obra que, eventualmente, tenha sido afastada, sem justiça, das prioridades gerais.

E vem ao caso falar da BR-262, no trecho João Monlevade—Belo Horizonte e da BR-381, trecho João Monlevade—Ipatinga.

O primeiro dêles, para logo dizermos, destoa completamente de todo o traçado da grande rodovia. E destoa assim o ângulo econômico como do técnico.

Do ângulo econômico, porque talvez nenhum outro trecho ou subtrecho da BR-262 apresente estatística de tráfego e volume de carga transportada tão elevados quanto nos 113 quilômetros que separam a Capital Mineira de João Monlevade. Nêle transitam produtos das três maiores empresas siderúrgicas de Minas: Usiminas, Belgo Mineira e Acesita, além de matérias-primas, notadamente carvão vegetal, e mercadorias diversas que abastecem o aglomerado humano.

Este trecho da BR-262 é veia natural de circulação de toda a riqueza de uma região, cuja economia se expande a passos largos. Economia calcada na mineração e na siderurgia, que têm insumos e produtos de grande peso e, por isso mesmo, baixa transportabilidade econômica.

Mais grave ainda é a configuração técnica da rodovia. O seu perfil deixa muito a desejar. Contrapõe-se chocantemente aos padrões de engenharia que foram incorporados na construção de outros trechos.

A quem viaja de Belo Horizonte a Uberaba ou de Rio Casca a Vitória, no Espírito Santo, custa acreditar que a excelência da auto-estrada responda pelo mesmo prefixo do trecho em epígrafe: BR-262.

Quanto à BR-381, é explicável que tão cedo tenha envelhecido, deixando de atender às necessidades rodoviárias da região e do País.

Construída pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais, padeceu a crônica limitação de recursos que caracteriza as obras estaduais, agravada a situação pelas condições particularmente difíceis da topografia regional, que em certos pontos decuplicou a média quilométrica de terra removida.

Observe, ainda, Senhor Presidente e Senhores Congressistas, que esta alça rodoviária tem duas virtudes que muito a recomendam ao carinho do Governo. É que a recente conclusão da pavimentação do trecho Governador Valadares—Ipatinga transformou-a em alternativa preferencial nas ligações Norte-Sul do País, já que representa uma economia de 120 Km no percurso São Paulo—Salvador. Em segundo lugar, ela liga os dois pontos mais dinâmicos da economia mineira e que estão em acelerado processo de expansão: a área de Belo Horizonte e a área do complexo metalúrgico, cuja capital natural é Coronel Fabriciano.

Seria curial falar do desenvolvimento da Capital Mineira, cujo planejamento já se desenvolve hoje em termos de área metropolitana. E quanto à região de Coronel Fabriciano, omitindo deliberadamente o seu incremento econômico na área do reflorestamento e da mineração, que depende, sobretudo este, do transporte ferroviário, cito alguns fatos que darão a exata dimensão de seu progresso.

A USIMINAS, que no ano passado superou em 70% sua capacidade instalada nominal, produzindo 850.000 toneladas de aço, com o mais alto índice de produtividade siderúrgica do País (164/t./homem/ano), está em processo de expansão. Caminha, em primeira etapa, para 1.476.000 toneladas e, na segunda fase, para 3.500.000 toneladas/ano.

A ACESITA, que se recuperou admiravelmente, distribuindo dividendos no exercício financeiro de 1970, programa entrar na linha do aço inoxidável e do aço silicioso de grão orientado.

A atividade mineradora cresce. A Companhia Vale do Rio Doce e a SAMITRI firmaram contratos de ex-

portação a longo prazo que exigem a imediata ampliação de suas instalações.

As indústrias terciárias, que transformam o aço em utilidades, estão chegando.

Tudo gera um clima e uma conjuntura que requerem rigoroso planejamento, que evite distorções e, sobretudo, estrangulamentos. Não é por outra razão que o Governador Rondon Pacheco, pela palavra autorizada do Secretário Paulo Lima Vieira, do Planejamento, pensa acelerar a implementação da Cidade Industrial de Coronel Fabriciano. Há dias, no Palácio dos Despachos, sua Excelência me dava conta desta oportuna preocupação.

Este quadro nos autoriza supor que a rápida expansão demográfica da região é não apenas certa, mas inevitável. E nos enseja, ainda, uma pergunta: que se tem em mente fazer para alargar as faixas das disponibilidades de transporte?

É certo que a rede ferroviária que serve a este complexo industrial tem recebido vultosas injeções financeiras, através de investimentos na melhoria da via permanente e na multiplicação do material rodante. Mas é certo, também, que o transporte ferroviário cada vez mais se especializa em produtos de reduzida agregação de trabalho e, por isso mesmo, de valor econômico relativamente baixo.

O trecho rodoviário Ipatinga—Nova Era—João Monlevade—Belo Horizonte, que é a espinha dorsal do sistema viário da região metalúrgica, já está atendendo precariamente as conveniências da área.

Curvas apertadas, rampas de grande auge, ausência de acostamento lateral, carência total de fiscalização — este é o quadro preliminar que compõem as duas rodovias: BR-262 e BR-381.

Quadro preliminar, porque o quadro real só pode ser visto e sentido por quem se abalance à tarefa de percorrer as duas estradas. Em certas horas, há filas intermináveis de caminhões e carretas, impedindo a ultrapassagem nas inúmeras curvas sem visibilidade. Em Coronel Fabriciano, há uma ponte de pista única sobre o Rio Piracicaba, que já ceifou preciosas e incontáveis vidas e que está a exigir pronta substituição. Não é de se

estranhar que o número de acidentes nas duas rodovias se eleve diariamente.

Eis porque, Senhor Presidente e Senhores Congressistas, valho-me da tribuna parlamentar para apelar ao meu co-estadano, Engenheiro Eliseu Rezende, e ao Ministro Mário David Andreazza para que determinem, com toda urgência possível, a retificação do traçado das referidas estradas, fazendo acostamentos, melhorando a sinalização, eliminando curvas e rampas de molde a oferecer segurança e conforto a seus usuários.

Sei que o 6.º Distrito Rodoviário Federal, sob a inspirada chefia do Engenheiro Aimoré Dutra Filho, é sensível ao problema, que lhe constitui tema de assíduas preocupações.

Mas é necessário que estes fatos encontrem eco e ressonância junto à alta administração do DNTER e do Ministério dos Transportes, a fim de que se dê absoluta prioridade a estas obras. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg) — Com a palavra o nobre Deputado Marques Fernandes.

O SR. DEPUTADO MARQUES FERNANDES (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Congressistas, entre as várias metas da Revolução, uma delas tem sido um cuidado permanente e total pelo desenvolvimento da agricultura em nosso País, adotando, nos estudos feitos, um sistema de agrupamento baseado no grau de avanço tecnológico nas explorações agrícolas, em vez da linha adotada em trabalhos anteriores, quando dados e informações eram comparados aos de outras regiões, do País ou do exterior.

Assim, o crescimento da produção de soja no Brasil, na safra de 1970/1971, foi de 41% maior em relação à de 1969/1970, ampliando as perspectivas de participação brasileira no mercado internacional desse produto e revelando o acerto das medidas do Presidente Médici, executadas pelo ilustre Dr. Cirne Lima, digno Ministro da Agricultura, de incremento da cultura pela difusão do uso de sementes melhores e concessão de incentivos fiscais sobre as exportações.

O esforço dos produtores de soja para aumentar suas colheitas, atendendo à solicitação do Governo Fe-

deral, encontrou por parte das autoridades apoio decisivo não só no favorecimento das exportações como na garantia de preços mínimos fixados antes do plantio.

Esse preço tem sido inferior ao do mercado nos últimos anos, tendo em vista que a versatilidade da soja determina uma crescente demanda, evitando a interferência do Governo na comercialização do produto que, assim, transcorre tranqüilamente.

Pelas providências governamentais e a procura sempre maior da soja no mercado internacional, além dos incentivos concedidos a essa cultura, vão determinar um crescimento substancial de sua produção nos próximos anos, principalmente no Rio Grande do Sul.

Outro fator deste crescimento é facilitado também pela produção mecanizada de soja, que está intimamente associada à produção de trigo e aproveitando quase toda a maquinaria utilizada no plantio e colheita do cereal.

No Rio Grande do Sul quase todos os plantadores de trigo estão também plantando soja, e de ano para ano mais aumenta a lavoura deste cereal.

Fui Diretor-Técnico da Cia. Estadual de Silos e Armazéns, do Rio Grande do Sul, e todo o nosso esforço foi construir cada vez mais silos e armazéns, onde os produtores pudessem recolher o produto de suas lavouras.

Assim, em 1970, o Governo do nosso Estado entregou, construídos pela CESA, os silos dos Municípios de Palmeira, Santa Rosa e Ibirubá, com 10 mil toneladas cada um.

Desta maneira, Sr. Presidente, felicito o Governo da Revolução pelo aumento cada vez maior das safras de produção de soja, mostrando que sua política rural está acertada, pois se por um lado apóia o trabalhador dos campos, por outro dá todo o seu apoio também ao produtor da terra. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg) — Com a palavra o Sr. Deputado José Sally.

O SR. DEPUTADO JOSÉ SALLY (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Senhores Congressistas, a Nação tomou conhecimento, através de

farto noticiário de sábado último, que o DNER, por seu digno Diretor, Eliseu Resende, acertou em Washington um empréstimo com o BID, no valor de 90 milhões de dólares, sendo 43 milhões para a construção da Rodovia Rio—Santos e 47 milhões para estradas multinacionais.

Senhor Presidente, a alviçareira notícia nos conduz à conclusão de que a extensa área, incluindo as regiões do Nordeste paulista e do Sudoeste fluminense, terá com a consecução da obra importante papel econômico de revitalização, com largos reflexos na economia nacional.

Faço este registro, ainda, com grande entusiasmo, porque o problema foi por mim abordado várias vezes nesta Tribuna, face à interligação asfáltica dos municípios fluminenses de Angra dos Reis—Parati e Itaguaí—Mangaratiba, os quais passarão a receber os influxos desta obra de fôlego, ligando Santos à Guanabara, numa extensão de cerca de 536 quilômetros.

Desejo, por outro lado, ressaltar que com a construção em andamento, da Ponte Rio—Niterói, esta Rodovia apresentará a alternativa para aqueles que se utilizam de Presidente Dutra, num desafio para o tráfego.

Além do mais, de forma inequívoca, será incrementado o turismo em larga escala, por ser aquela região uma das mais lindas do País, onde a natureza foi pródiga em cenários magníficos, de clima extraordinário e com as mais encantadoras e românticas praias do Brasil.

Assim, desta Tribuna, dirijo os meus calorosos aplausos ao Senhor Ministro dos Transportes, Cel. Mário David Andreazza, para que S. Exa. desenvolva todo o seu dinamismo peculiar, no sentido de levar a vencida a construção da Rodovia Rio—Santos, acalentada por muitos anos, no particular, por milhares de brasileiros dos Estados de São Paulo, Guanabara e Rio de Janeiro e, no geral, pelos aplausos incontidos e unânimes de toda a Nação.

Sr. Presidente, a realização da Avenida litorânea Rio—Santos inscreverá no relicário da gratidão nacional o nome do seu idealizador e marcará para o Governo as festividades de mais uma obra de prestígio e ressonância secular. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg) — Não há mais oradores inscritos.

Terminado o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg) — A Presidência recebeu, do Sr. Presidente da República, as Mensagens números 40 e 41, de 1971 — CN (n.ºs 102 e 104, de 1971, na origem), submetendo, ao Congresso Nacional, nos termos do § 2.º, do art. 51, da Constituição, os seguintes projetos de lei:

— N.º 3/71 (CN), que fixa os vencimentos de Magistrados, dos membros dos Tribunais de Contas da União e do Distrito Federal, e dá outras providências.

— N.º 4/71 (CN), cria a 3.ª Auditoria da 2.ª Circunscrição Judiciária Militar, e dá outras providências.

Para leitura das Mensagens e demais providências iniciais da tramitação da matéria, convoco Sessão Conjunta a se realizar no dia 12 do corrente, às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 16, de 1971-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 16, de 1971, CN), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.136, de 7 de dezembro de 1970, que altera a legislação pertinente ao Imposto sobre Produtos Industrializados.

Em discussão

Nos termos do art. 38 do Regimento Comum, cada orador poderá discutir a matéria pelo prazo máximo de 20 minutos.

Se nenhum dos Srs. Congressistas pedir a palavra, encerrarei a discussão.

(Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, permaneçam sentados.

(Pausa.)

Está aprovado.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto, permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Aprovado o Projeto na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e dispensada a redação final, nos termos do § 2.º, art. 51, do Regimento Comum, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg) —

Item 2

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 17, de 1971-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 17, de 1971, CN), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.137, de 7 de dezembro de 1970, que institui incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento industrial, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, dou por encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Deputados que o aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto na Câmara e no Senado, e dispensada a redação final, nos termos do § 2.º do art. 51, do Regimento Comum, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg) —

Item 3

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 1971-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 18, de 1971, CN), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.148, de 22 de janeiro de 1971, que dá nova redação ao art. 2.º do Decreto-lei n.º 1.144, de 31 de dezembro de 1970.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Congressistas pedir a palavra, darei por encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Dispensada a redação final, nos termos do § 2.º do art. 51 do Regimento Comum, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg) —

Item 4

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 19, de 1971-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 19, de 1971, CN), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.152, de 24 de fevereiro de 1971, que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares do Distrito Federal, e dá outras providências.

Em discussão. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Congressistas pedir a palavra, darei por encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Dispensada a redação final, nos termos do § 2.º do art. 51 do Regimento Comum, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg) — Terminada a Ordem do Dia.

Lembro aos Srs. Congressistas que o Congresso Nacional está convocado para uma Sessão Conjunta, a reali-

zar-se hoje, às 21 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 20, 21, 22 e 23, de 1971 (CN), que aprovam, respectivamente, os Decretos-leis n.ºs 1.153, 1.154, 1.155 e 1.156, de 1971.

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 10 horas e 30 minutos.)

ATA DA 27.ª SESSÃO CONJUNTA EM 11 DE MAIO DE 1971

1.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. CARLOS LINDENBERG

Às 21 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guimard — Geraldo Mesquita — Flávio Brito — José Lindoso — José Esteves — Catter Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Millet — José Sarney — Fausto Castello-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Waldeimar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Duarte Filho — Domício Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcanti — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Paulo Tôrres — Vasconcelos Torres — Benjamin Farrah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Milton Campos — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Matos Leão — Ney Braga — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Joaquim Macedo — ARENA; Nasser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Peres — ARENA; Rafael Faraco — ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Pedro Carneiro — ARENA; Stélio Maroja — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz — MDB; Henrique de La Rocque — ARENA; João Castelo — ARENA; Pires Sgboia — ARENA.

Piauí

Dyrno Pires — ARENA; Heitor Calvalcanti — ARENA; José Pinheiro Machado — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Severo Eulálio — MDB; Sousa Santos — ARENA.

Ceará

Alvaro Lins — MDB; Edilson Melo Távora — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Hildebrando Guimarães — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Leão Sampaio — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Osiris Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Janduhy Carneiro — MDB; Petrônio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Etelvino Lins — ARENA; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Maga-

lhães Melo — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Marcos Freire — MDB; Ricardo Flúza — ARENA; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Alvez — ARENA; José Sampaio — ARENA; Oceano Carleial — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Luiz Garcia — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA; Passos Pôrto — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Edvaldo Flôres — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Hanequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Luiz Braga — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Neco Novaes — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Frisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Walson Lopes — MDB; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Elcio Alvaes — ARENA; José Carlos Fonseca — ARENA; José Tasso de Andrade — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frotta — ARENA.

Rio de Janeiro

Adolpho Oliveira — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Hamilton Xavier — MDB; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Moacir Chiesse — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Silva Barros — ARENA; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Bezerra de Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Eurípides Cardoso de Menezes — ARENA; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB;

Lisáreas Maciel — MDB; Lopo Coelho — ARENA; Marcelo Medeiros — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osnnelli Martinelli — ARENA; Pedro Faria — MDB; Reynaldo Santana — MDB; Rubens Berardo — MDB; Rubem Medina — MDB; Waldemiro Teixeira — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Chaves — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Blas Fortes — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Delson Scarano — ARENA; Edgard Pereira — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonsêca — MDB; Fagundes Netto — ARENA; Fancelino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Guido — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coelho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio de Abreu — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Ademar de Barros Filho — ARENA; Aldó Lupo — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Arthur Fonsêca — ARENA; Athié Coury — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Baptista Ramos — ARENA; Bezerra de Mello — ARENA; Cândido Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Chaves Amarante — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Ildélio Martins — ARENA; Ítalo Fittipaldi — ARENA; João Arruda — MDB; Mário Telles — ARENA; Maurício Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Orensy Rodrigues — ARENA; Pacheco Chaves — MDB; Paulo Alberto — ARENA; Pedroso Horta — MDB; Pereira Lopes — ARENA; Plínio Salgado — ARENA;

Roberto Gebara — ARENA; Ruydalmeida Barbosa — ARENA; Salles Filho — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Silvio Lopes — ARENA; Sylvio Venturolli — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Anapolino de Faria — MDB; Ary Valadão — ARENA; Brasília Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Henrique Fanstone — ARENA; Jar-mund Nasser — ARENA; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller — ARENA; João da Câmara — ARENA; Marcílio Lima — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antônio Ueno — ARENA; Ardinial Ribas — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Emílio Gomes — ARENA; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovine — ARENA; Hermes Macêdo — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; José Carlos Leprevost — ARENA; Maia Netto — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Sílvia Barros — MDB; Túlio Vargas — ARENA; Zacharias Seleme — ARENA.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; Jaison Berreto — MDB; João Linhares — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Pedro Collin — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaral de Sousa — ARENA; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Ary Alcântara — ARENA; Arlindo Kunzler — ARENA; Arnaldo Prieto — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer —

MDB; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Mário Mondino — ARENA; Marques Fernandes — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Sinval Guazelli — ARENA; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Sílvio Botelho — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg) — As listas de presença acusam o comparecimento de 63 Srs. Senadores e 296 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão.

Passa-se ao período de breves comunicações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Antônio Bresolin.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN (Comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o jornal *A Notícia*, do Rio de Janeiro, órgão altamente conceituado, acaba de divulgar nota que considero profundamente prejudicial à economia do meu Estado e do próprio País.

O artigo, em grande parte, não corresponde à verdade dos fatos. Começa dizendo que a uva Isabel não se presta à fabricação do vinho. Isso, com efeito, destoa da realidade. Efetivamente, a uva Isabel não é uma variedade nobre para produzir vinhos de exportação; mas, para fabricar o vinho de consumo local, é uma espécie excelente. Aliás, em Portugal, foi adotado um sistema muito bom para o fabrico de vinho. Conforme tive oportunidade de constatar, durante minha visita àquele país, há três espécies bem distintas: uma que circula localmente, outra com vista ao consumo interno e outra para exportação. A uva Isabel, justamente, se presta para o vinho de consumo interno, que só não agrada àqueles elementos de grande gabarito, que preferem tomar os melhores vinhos do Brasil.

Ainda há poucos dias, conversei com um Coronel, empenhadíssimo em fazer aqui o que já se adota na Argentina, isto é, servir, durante as refei-

ções na caserna, um copo de vinho a cada soldado.

Há, em *A Notícia*, outras informações que não são verdadeiras. O país em que se toma mais vinho no mundo é a França. A média, ali, é de 126 litros **per capita**. O articulista, no entanto, diz que, no Rio Grande do Sul, o consumo é de 150 litros **per capita**. Se fôsse verdade, a produção não seria suficiente nem para atender à demanda do meu Estado.

O Rio Grande do Sul produz 300 milhões de litros de vinho, enquanto nós brasileiros não somos capazes de consumi-los. É, lamentavelmente, uma notícia tendenciosa, divulgada com grande espalhafato.

Diz, ainda, no título:

“Vinho: 85% para jogar fora.”

A afirmação é inverídica, Sr. Presidente, mesmo porque, se esse vinho não tivesse teor alcoólico suficiente para ser transportado, esse produto poderia ser destilado para fabricação de conhaque e brandy. Ainda agora, quando, da II Festa Nacional do Vinho, na cidade de Bento Gonçalves, visitei várias cantinas que estavam destilando o tipo comum de vinho para aproveitamento em conhaque e brandy.

É lamentável que um jornal do porte de *A Notícia* divulgue nota desse teor, profundamente prejudicial aos interesses da economia do Rio Grande do Sul e do Brasil, quando deveria, ao contrário, apontar, como bom jornal, medidas para melhorar o vinho dentro de nossa Pátria, a exemplo do que se fez no Chile, na Argentina e a exemplo do que se observa em Portugal.

O que falta no Brasil, Sr. Presidente, é genética, é produção de tipos de uvas de variedades de castas nobres, aclimatadas ao nosso solo, ao clima de nosso Estado e de outros Estados da Federação, tal como fez Portugal.

Registramos o fato com o profundo pesar do jornalista e amigo da classe, intransigente defensor da imprensa livre.

Gostaria de não ter nunca de fazer um registro dessa natureza. Mas como gaúcho e brasileiro, não posso silenciar diante de um comentário desta ordem, que fere fundo os interesses de nossa Pátria. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg.) — Concedo a palavra ao Deputado Freitas Nobre.

O SR. DEPUTADO FREITAS NOBRE (Comunicação. Lê.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o ilustre Líder Daniel Faraco, com muito brilho e argúcia, tentou contestar discursão que proferimos no mês passado, desta tribuna, a respeito da desnacionalização de nossa economia.

Utilizou-se de algumas citações, entre as dezenas de outras ali referidas, para declarar que elas eram setoriais e não gerais.

Impõe-se um esclarecimento: nosso discurso apresentou dois aspectos no levantamento relativo à desnacionalização de nossa economia — o setorial, devidamente delimitado, porém possibilitando uma análise crítica total através de sua somatória, e o geral, com base, inclusive em recentes documentos publicados pelo governo francês.

Dada a impossibilidade de uma resposta completa e imediata àquela contestação, faz-se mister ressaltar, ainda uma vez, que nossa posição é contrária ao capital estrangeiro **espoliativo**, isto é, àquele que não procura tratamento de reciprocidade com o nosso País, mas que apenas visa ao lucro, a qualquer preço.

Nossa denúncia está reforçada pelos responsáveis pelo empresariado nacional e autoridades do próprio governo.

Se não, vejamos.

Declara o ex-Ministro Hélio Beltrão (**Correio da Manhã**, 14-1-70):

“Só as empresas estrangeiras e o Governo são fortes no Brasil, pois a empresa nacional, em geral, não tem escala, e lhe falta poder de competição devido à carência de capital de giro.”

E acrescenta o ex-Ministro da Revolução:

“Quando as empresas nacionais são postas à venda, apenas o capital estrangeiro aparece para adquiri-las.”

O Presidente da Associação Brasileira de Aparelhos Domésticos e Elétricos, Sr. Gláudio Ramos (**Última Hora**, 6-5-70), afirma:

“No campo dos eletrodomésticos, os investimentos estrangeiros

ocupam 78,2% contra 21,68% de capitais privados brasileiros.” E acrescenta: “A decadência espantosa e vertiginosa do empresariado nacional não deixa de ser um fenômeno contrário aos interesses do País.”

O Conselho de Produtores de Cacau da Bahia, pelo seu presidente, entregou ao Sr. Presidente da República, em outubro do ano passado, (**Tribuna da Imprensa**, 21-10-1970), memorial no qual denuncia:

“Os problemas da lavoura, diante da indústria do setor, estão quase todos controlados por trustes internacionais.”

Mário Vitor de Assis Pacheco, Secretário da Associação Médica do Estado da Guanabara (**Correio da Manhã**, 20-8-1970), entende que o remédio deveria ser considerado elemento de segurança nacional para que se estancasse “imediatamente a sangria constante da evasão de divisas com a compra de matérias-primas no exterior e as remessas estratosféricas de lucros”, tendo em vista — são palavras suas — que “mais de 90% dos laboratórios são norte-americanos e europeus, e controlam também a importação de matérias-primas.”

Aliás, o próprio Sr. Genival de Almeida Santos, Diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, informou, em conferência que pronunciou na Escola Superior de Guerra, no segundo semestre de 1969, que as remessas de lucros do País para o exterior vêm aumentando (**Jornal do Comércio**, 19-9-1969).

O Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Sr. Alfredo Marques Viana, afirmou (**Correio da Manhã**, 17-12-1970) perante o Conselho Diretor daquela entidade que:

“ainda prevalece no País o debilitamento da atividade privada de capital nacional, verificando-se, apenas, o revigoramento da empresa estrangeira, que vai ganhando uma imensa importância nas decisões fundamentais da Nação e no aproveitamento das poupanças internas, de crédito e de incentivos fiscais.”

A publicação oficial francesa, **Documentation Française**, em “Travaux et recherches sur l'économie mondia-

le”, acompanhada de dezenas de gráficos e quadros, no seu número 20, de fins de 1969, informa que as filiais norte-americanas “estabelecidas no Canadá e na Europa repatriam pouco mais de 60% de seus lucros, enquanto que esta taxa é mais elevada em outras regiões, notadamente na América Latina, onde perto de 90% dos lucros obtidos são repatriados.”

A Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (**Jornal do Comércio**, 29-4-1970), pleiteia, entre outras providências:

“que o Governo coloque em prática medidas que tornem a empresa nacional em pé de igualdade com as estrangeiras, no que respeita a certas vantagens peculiares ou inerentes às empresas estrangeiras.”

Chegariam estas citações para esclarecer que a denúncia é nacional e não dêste Deputado, isoladamente?

Não usamos os dados da Comissão Parlamentar de Inquérito que concluiu seus trabalhos em 1968 com índices de 4 ou 5 anos atrás, exatamente para que não se alegasse sua superação, mas dados novos indispensáveis ao conhecimento de nossa realidade contemporânea. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg.) — Concedo a palavra ao Deputado Florim Coutinho.

O SR. DEPUTADO FLORIM COUTINHO (Comunicação — Lê.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Exército comemorou, de 3 a 7 do corrente, a Semana de Rondon, na Escola de Comunicações.

Nunca será demais lembrar a obra daquele grande soldado brasileiro, o desbravador dos nossos bravios sertões, que dedicou uma vida inteira ao serviço da Pátria que ele soube amar e honrar num exemplo de abnegação e desprendimento quase sem par na nossa História.

Afrontando perigos, obstáculos e adversidades de toda a ordem, Rondon não era daquele tipo, tão comum nos dias de hoje, que se escondia atrás da “falta de verbas” para deixar de cumprir missões ou deixar de fazer aquilo a que se propunha, ou que lhe determinavam.

Diz ainda o Chefe de Gabinete da Presidência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Cel. Murilo

Correia de Matos, no jornal **O Globo**, de hoje, terça-feira, dia 11:

"Ninguém cultivou tão intensamente o amor pátrio como o Marechal Rondon, que teve na pacificação dos índios a sua tarefa mais humana."

Lembrou o Prêmio Livingstone, outorgado ao sertanista, em 1914, e justificado pelo Presidente dos EUA, Theodore Roosevelt, com as seguintes palavras:

"O Coronel Rondon tem tôdas as virtudes de um sacerdote e tão grande é o seu conjunto de conhecimentos que poderíamos considerá-lo sábio."

O orador recordou, ainda, a obra do Marechal Rondon na Comissão de Linhas Telegráficas que ligou o Rio a Cuiabá e as expedições que percorreram as selvas."

Pioneiro das Comunicações neste vasto e difícil País, Rondon merece, mais do que qualquer brasileiro, tôdas as homenagens que lhe sejam tributadas e tudo o que se possa fazer para trazê-lo às novas gerações como um exemplo a seguir para aqueles que, de fato, queiram seguir a trilha do amor ao Brasil e se dedicar à luta pelo seu engrandecimento, mercê, principalmente, do desenvolvimento com Paz, Justiça, Liberdade e Independência Econômica.

Pena que somente o Exército, de que ele foi um dos maiores vultos, cultive e relembre a sua memória. Mas, como um soldado que sou e sempre serei, não quero nem posso deixar de juntar a minha humilde contribuição à homenagem do Exército a Rondon.

Simplemente, não posso "ficar de fora", e, nesta tribuna faço côro, embora um modesto côro, com aqueles que cultuam a memória de Rondon.

Porque, Srs. Congressistas, se existe alguém, neste "País dos Confins", que merece ser lembrado pelo muito que por ele fez e que deve ser indicado às modernas gerações como uma vela acesa ao cumprimento do Dever e do Amor à Pátria, este é CÂNDIDO MARIANO RONDON, o Patrono da Arma de Comunicações do Exército, ao qual, embora na Reserva, me orgulho de ainda pertencer.

Aproveitando a oportunidade, desejo fazer, desta tribuna, uma saudação

à briosa e disciplinada Polícia Militar do Estado da Guanabara, que, no dia 9 do corrente, completou 162 anos de existência inteiramente dedicados ao serviço da ordem, do bem-estar e da segurança do povo da Guanabara.

Associo-me, prazerosamente, às justas comemorações dessa efeméride tão grata a todos os que se beneficiam com a excelência dos serviços dessa gloriosa Corporação, saudando o seu Comandante, Oficiais e Praças e augurando-lhes um feliz e próspero futuro, tão honroso e digno quanto o seu presente e o seu passado. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Peixoto Filho.

O SR. DEPUTADO PEIXOTO FILHO (Comunicação. Lê.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, dirijo-me ao Sr. Ministro do Interior, através desta tribuna, único meio de divulgação que a Oposição dispõe no momento, para solicitar providências que solucionem problemas afetos ao seu Ministério, os quais passo a expor.

I — Determinar maior divulgação do sistema de concessão de financiamentos às Prefeituras pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanização, porque, segundo estou informado, a maioria dos Prefeitos deixa de gozar dos benefícios do SERFHAU por desconhecerem a sua existência.

II — Determinar ao diligente Diretor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento providências imediatas para dragagem e limpeza do Canal de Magé, localizado no perímetro urbano do município do mesmo nome e da bacia do rio Guapimirim ainda nessa cidade fluminense, para o que ofereço as seguintes razões: o mato com altura de mais de metro tomou conta do canal de Magé, dando a última dragagem realizada de mais de dois anos; por igual período o rio Guapimirim não recebe a visita dos servidores do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, transformando-se, conseqüentemente, em constante ameaça à saúde da população local.

Esclareço, ainda, à guisa de cooperação com as autoridades do governo, que o canal de Magé no estado em que se encontra, constitui sério perigo à saúde de considerável parcela

de mageenses que residem às suas margens, além de prejudicar o trabalho dos pescadores, impossibilitados que estão eles de se utilizarem do canal para atingir o mar. Isso equivale dizer que a pesca, uma das principais fontes de renda do município, vem sofrendo alarmante decréscimo, atingindo, também, os próprios pescadores usuários do canal.

Assim, confiando no alto espírito de justiça que norteia a administração do Sr. Ministro do Interior, tão bem assessorado pelo Sr. Diretor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, espero que as medidas ora postuladas sejam em curto prazo executadas, em benefício do povo mageense. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfeu Gasparini.

O SR. DEPUTADO ALFEU GASPARINI (Comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tivemos a satisfação de encaminhar, na tarde de hoje, ao Gabinete da Liderança da ARENA, líderes sindicais de São Paulo que traziam a responsabilidade de elo de ligação entre o Governo e os trabalhadores. Eram cerca de doze, representando quase um milhão de trabalhadores sindicalizados.

Encontraram as portas do Gabinete da Liderança da ARENA abertas para recebê-los, numa demonstração de que o Governo deseja a colaboração, o contato mais efetivo e permanente com os trabalhadores.

É motivo, portanto, de imensa satisfação para nós, da ARENA, ver que o Líder Geraldo Freire se encontra pronto a ajudar os nossos trabalhadores, no diálogo franco e sincero com o Governo. (**Muito bem!**)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg) — Encerrado o período de breves comunicações, passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 20, de 1971, CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 21, de 1971, CN), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.153, de 1.º de março de 1971, que altera a redação do art. 9.º.

do Decreto-lei n.º 401, de 30 de dezembro de 1968.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar usar da palavra, declararei encerrada a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto na Câmara e no Senado e dispensada sua redação final, nos termos do § 2.º do art. 51 do Regimento Comum, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg)

Item 2

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 21, de 1971, CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 22, de 1971, CN), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.154, de 1.º de março de 1971, que estabelece a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM) baseada na Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas (NAB), adapta a Tarifa Aduaneira à referida Nomenclatura, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro-a encerrada.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Nos termos do § 2.º do art. 51 do Regimento Comum, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg)

Item 3

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 22, de 1971, CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 23, de 1971, CN), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.155, de 3 de março de 1971, que dispõe sobre a entrega das parcelas pertencentes aos Municípios do produto da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro-a encerrada.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Dispensada sua redação final, nos termos do § 2.º do art. 51 do Regimento Comum, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg)

Item 4

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 23, de 1971, CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 24, de 1971, CN), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.156, de 9 de março de 1971, que dispõe sobre a prestação dos serviços de propriedade industrial, e dá outras providências.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar usar da palavra, declararei encerrada a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação na Câmara. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Dispensada sua redação final, nos termos do Regimento, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Lindenberg) — Lembro aos Srs. Congressistas que o Congresso Nacional está convocado para uma Sessão Conjunta, a realizar-se amanhã, às 10 horas, destinada à leitura das Mensagens Presidenciais n.ºs 40 e 41, de 1971 (CN), que submetem ao Congresso Nacional, respectivamente, os Projetos de Lei n.ºs 3 e 4, de 1971 (CN).

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 21 horas e 30 minutos.)

REFORMA ADMINISTRATIVA

(redação atualizada)

Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a nova redação que lhes deram a Lei n.º 5.396, de 26-2-68 (D.O. de 29-2-68), e os Decretos-leis n.ºs 900, de 29-9-69 (D.O. de 30-9-69), 991, de 21-10-69 (D.O. de 21-10-69), e 1.093, de 17-3-70 (D.O. de 18-3-70).

Índice Alfabético — (Por Assunto) Legislação Correlata

Edição organizada, revisada e impressa pelo

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Preço: Cr\$ 5,00

Constituição da República Federativa do Brasil

(Emenda Constitucional Número 1, de 17-10-69)

FORMATO DE BÔLSO

PREÇOS:	EM BROCHURA	Cr\$ 2,00
	ENCADERNADA EM PLÁSTICO	Cr\$ 3,50
	ENCADERNADA EM PELICA	Cr\$ 7,00

Todos os pedidos desta publicação devem ser encaminhados à

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Praia de Botafogo, 190 — Rio de Janeiro — GB ou SQS 104 — Bl. A — Loj. 11 — Brasília

JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

"REFERÊNCIAS DA SÚMULA DO STF"

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os Acórdãos, Leis federais, estaduais, municipais, Decretos, Decretos-leis, Portarias, Resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula.

CONTENDO AS 551 SÚMULAS OFICIAIS

No 10.º Volume o índice completo por matéria. — O 20.º Volume contém os enunciados das novas Súmulas n.ºs 473 a 551. — O 21.º Volume contém o Regimento Interno do STF (atualizado)

PREÇO: CR\$ 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO-SE AS 79 NOVAS SÚMULAS. JÁ PUBLICADOS ATÉ O MOMENTO: 29 VOLUMES

(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF
Nota: A distribuição desta obra foi entregue à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Constituição da República Federativa do Brasil

QUADRO COMPARATIVO

Volume com 328 páginas — Preço: Cr\$ 8,00

Contém, comparadas
em todos os artigos:

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.
Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).
Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisto pela **Diretoria de Informação Legislativa** e impresso pelo
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Os pedidos devem ser endereçados à **Fundação Getúlio Vargas** — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534

INELEGIBILIDADES

LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 29 DE ABRIL DE 1970

"Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências."

ÍNDICE — LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.581, DE 26 DE MAIO DE 1970

"Estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970, e dá outras providências."

LEGISLAÇÃO CITADA

PREÇO: CR\$ 3,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal

Nota: A distribuição desta obra foi entregue à **FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**

Os pedidos devem ser endereçados à **Fundação Getúlio Vargas** — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534

NÔVO CÓDIGO PENAL

A "Revista de Informação Legislativa", do Senado Federal, divulga, em seu número 24, uma seção destinada ao nôvo Código Penal, com 420 páginas, contendo:

- 1.^a parte — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria
- Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940).
 - Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).

- 2.^a parte — Quadro comparativo — Decreto-lei n.º 1.004, de 21-10-69
Decreto-lei n.º 2.848, de 7-12-40 e legislação correlata.

Preço Cr\$ 10,00

NÔVO CÓDIGO PENAL MILITAR

E

NÔVO CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MILITAR

A "Revista de Informação Legislativa", editada pela Diretoria de Informação Legislativa e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, no seu n.º 26, publica as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO

— "Inconstitucionalidade do decreto-lei sobre censura prévia" — (Senador Josaphat Marinho) — "Sociologia das regiões subdesenvolvidas" — (Professor Pinto Ferreira) — "Poder de iniciativa das leis" — (Professor Roberto Rosas) — "O sistema representativo" — (Professor Paulo Bonavides).

CÓDIGOS

— "Código Penal Militar" — 1.^a parte: I — Anteprojeto de Código Penal Militar (autor: Ivo D'Aquino) — II — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva — 2.^a parte: Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.001, de 21-10-1969 — Decreto-lei n.º 6.227, de 24-1-1944 — (Ana Valderez Ayres Neves de Alencar) — "Código de Processo Penal Militar" — "Lei de Organização Judiciária Militar" — "Justiça Militar e Segurança Nacional" — Ementário de Legislação.

PUBLICAÇÕES

- Obras editadas pela Diretoria de Informação Legislativa.

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 — C.P. 5534.

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.508
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 0,20